



JUCESP PROTOCOLO

1243909/07-9



COLEGIADA

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA,
PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA NOVA AMÉRICA S.A. AGROENERGIA**

ENTRE

NOVA AMÉRICA S.A. AGROENERGIA,
como Emissora,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
*representando a comunhão dos titulares adquirentes das debêntures objeto da presente
emissão*

E

REZENDE BARBOSA S.A. ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES,
como Interveniente Garantidora

Datado de

15 de junho de 2007



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA,
PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA NOVA AMÉRICA S.A. AGROENERGIA**

Pelo presente instrumento, de um lado

NOVA AMÉRICA S.A. AGROENERGIA, sociedade por ações com sede na Fazenda Nova América, s/nº, no bairro Água da Aldeia, Município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.092.739/0001-28, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora”);

e, de outro lado,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown – Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (os “Debenturistas”), aqui representada na forma de seu Estatuto Social, (o “Agente Fiduciário”);

e, ainda, como Interveniente Garantidora,

REZENDE BARBOSA S.A. ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES, sociedade por ações, com sede na Fazenda Nova América, Bairro Água da Aldeia, na Cidade de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 44.358.034/0001-28, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (a “Garantidora”);

vêm por meio desta firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, da Nova América S.A. Agroenergia (a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é firmada com base nas deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 12 de junho de 2007 (a “RCA”) e na Reunião de Diretoria da Garantidora realizada em 12 de junho de 2007 (“Reunião de Diretoria”).

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com garantia fidejussória, para distribuição pública pela Emissora (respectivamente a “Emissão” e as “Debêntures”) será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) na forma da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a “Lei das Sociedades por Ações”), da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (a “Instrução CVM 400/03”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da RCA

A ata da RCA será arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (a “JUCESP”), e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, e na edição nacional do jornal Valor Econômico.

A ata de Reunião de Diretoria da Garantidora na qual foi aprovada a outorga da Fiança (conforme definido na Cláusula 4.1.5.1 a seguir) será arquivada perante a JUCESP, e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, e no jornal Valor Econômico.

2.3. Inscrição da Escritura na Junta Comercial do Estado de São Paulo

Esta Escritura será arquivada na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Emissão será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a “ANBID”) no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Artigo 21 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, de 9 de maio de 2006 (o “Código ANBID”).

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com o Estatuto Social da Emissora, o objeto social da Emissora compreende: (i) a produção e a comercialização de cana-de-açúcar, açúcar, de álcool, e demais derivados da extração de cana-de-açúcar; (ii) a comercialização de qualquer outro produto de origem vegetal, animal ou mineral adquirido de terceiros ou de produção efetuada por terceiros por encomenda da Emissora; (iii) a produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos os derivados provenientes de co-geração de energia elétrica; (iv) a importação e exportação dos produtos relacionados às suas atividades, inclusive como comercial exportadora; (v) a prestação para terceiros, por encomenda, de serviços de industrialização pertinentes às suas atividades; (vi) a prestação de serviço de transporte em todo o território nacional, por veículos próprios ou de terceiros; e (vii) a participação, com recursos próprios ou de terceiros, em outras empresas e empreendimentos, como acionista, quotista, sócia ou consorciada.

3.2. Número da Emissão

A presente Escritura contempla a 1ª Emissão Pública de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido a seguir), sendo passível de aumento nos termos das Cláusulas 3.3.1 e 3.3.2 a seguir.

3.3.1 Será permitido à Emissora, a seu exclusivo critério e observado o limite estabelecido pelo Art. 60 da Lei das Sociedades por Ações, aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas no âmbito desta Oferta em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente ofertada, nos termos do artigo 14 da Instrução CVM 400/03 (o “Lote Adicional”).

3.3.2 Caso os Coordenadores entendam que a procura das Debêntures assim o justifique, e a Emissora esteja de comum acordo, observado o limite estabelecido pelo Artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, aumentar até o limite do seu capital social a quantidade de Debêntures a serem distribuídas no âmbito desta Oferta em até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente ofertada, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400/03 (o “Lote Suplementar”).

3.4. Número de Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.5. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados (i) ao pagamento integral do valor principal, juros, tributos e/ou quaisquer despesas relacionadas ao resgate das notas promissórias comerciais da 1ª emissão da Emissora no valor total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), com vencimento final em 17 de julho de 2007, cuja distribuição pública foi registrada perante a CVM sob o nº CVM/SRE/RNP/2007/001, em 16 de janeiro de 2007, (ii) a investimentos na ampliação da capacidade produtiva da Emissora, ainda não definidos no momento da Emissão e (iii) para capital de giro.

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do Sistema de Distribuição de Títulos (o “SDT”), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro – ANDIMA (a “ANDIMA”), e operacionalizado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação (a “CETIP”), utilizando-se o procedimento previsto no §3.º do Artigo 33 da Instrução CVM nº 400/03, segundo plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, os quais levarão em consideração suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégia dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, em Regime de Garantia Firme, a ser celebrado entre a Emissora, o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., o Banco Itaú BBA S.A. e a Rezende Barbosa S.A. Administração e Participações (o “Contrato de Distribuição”). Ao elaborar o plano de distribuição os Coordenadores deverão, adicionalmente, assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, bem como o tratamento justo e equitativo aos investidores, nos termos do parágrafo 3º do art. 33 da Instrução CVM 400/03.

3.6.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início da Emissão e a disponibilização do prospecto preliminar (o “Prospecto Preliminar”) e do prospecto definitivo (o “Prospecto Definitivo”) e, juntamente com o Prospecto Preliminar, os “Prospectos”).

A
5
R

3.7. Negociação

3.7.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário (i) através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (“ANDIMA”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) através do Sistema BovespaFix (“BovespaFix”), administrado pela Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo (“Bovespa”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”).

3.7.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário (i) através do SND - Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) através do Sistema BovespaFix, administrado pela Bovespa, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC.

3.8. Limite da Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora, em 30 de abril de 2007 era de R\$ 314.000.000,00, (trezentos e quatorze milhões de reais), sendo, portanto superior ao valor da Emissão e não existem em circulação quaisquer outras debêntures emitidas pela Emissora.

3.9. Banco Mandatário e Instituição Depositária

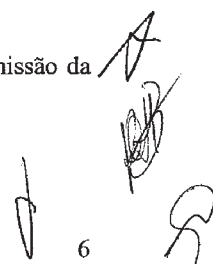
O banco mandatário e instituição depositária da Emissão será o Banco Bradesco S.A. (o “Banco Mandatário” e a “Instituição Depositária”).

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de Emissão das Debêntures será o dia 1º de junho de 2007 (a “Data de Emissão”).

4.1.2. **Convertibilidade:** As Debêntures não são conversíveis em ações de emissão da Emissora.



6

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures são da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória.

4.1.4. **Forma:** As Debêntures são da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. **Garantia Fidejussória:**

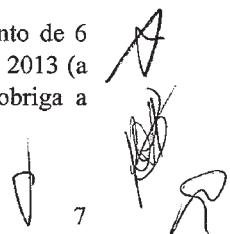
4.1.5.1. As Debêntures são garantidas por fiança, constituída neste ato, prestada pela Garantidora (a “Garantia Fidejussória” ou “Fiança”), a qual, por meio do presente instrumento, se obriga, na qualidade de devedora solidária e principal pagadora de todas as obrigações decorrentes desta Escritura, até sua final liquidação, com renúncia expressa aos benefícios previstos nos artigos 827, 830, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (o “Código Civil”), e artigo 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (o “Código de Processo Civil”) pelo pronto e pontual cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora na presente Escritura, incluindo a obrigação de pagar, na data de seu vencimento, o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em Circulação, acrescido (i) da Remuneração, conforme definida a seguir, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento e (ii) dos encargos moratórios, caso existam, bem como pela liquidação de todas e quaisquer obrigações, principais ou acessórias, assumidas pela Emissora, nos termos desta Escritura e nos demais documentos relacionados a esta Emissão.

4.1.5.2. A Fiança aqui referida é prestada em caráter irrevogável e irretratável e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora de todas as obrigações decorrentes da Escritura.

4.1.5.3. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a imediata execução da Fiança, nos prazos e formas aqui previstos, conforme função que lhe é legalmente atribuída, uma vez verificada alguma hipótese de insuficiência de pagamento do valor principal das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, em qualquer hipótese de seu vencimento, inclusive antecipado por força das hipóteses previstas na Cláusula VII a seguir, tudo de acordo com o disposto nesta Escritura.

4.1.5.4. A Garantidora subrogar-se-á nos direitos dos Debenturistas desta Emissão, que venha honrar em decorrência da presente garantia, sendo que a exequibilidade e eficácia desse direito de sub-rogação ficarão suspensas até a liquidação integral de todas as obrigações da Emissora decorrentes da Escritura perante os Debenturistas.

4.1.6. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final em 1º de junho de 2013 (a “Data de Vencimento”). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a



proceder ao pagamento, do Valor Nominal Unitário não amortizado, das Debêntures que ainda estiverem em circulação, acrescido da Remuneração, conforme definido a seguir.

4.1.7. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures na Data de Emissão será de R\$10.000,00 (dez mil Reais) na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário").

4.1.8. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures em série única.

4.1.6.1. A Emissora poderá, a seu critério, dentro dos limites permitidos pela legislação, e nos termos das cláusulas 3.3.1 e 3.3.2 acima, aumentar a quantidade de Debêntures a serem Distribuídas no âmbito da Oferta mediante Lote Adicional e Lote Suplementar.

4.2. Remuneração

4.2.1. O Valor Nominal Unitário não será atualizado. A partir da Data de Emissão, as Debêntures renderão juros a taxa a ser definida em procedimento de *bookbuilding*, observando-se como limite a taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (a "Taxa DI"), acrescida de um *spread* máximo de 0,90% (noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (a "Taxa Máxima"), incidente sobre o Valor Nominal Unitário ainda não amortizado nos termos desta Escritura, a partir da Data de Emissão e a última data de pagamento da remuneração coincidindo com a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) ("Remuneração").

4.2.1.1. Ao final do procedimento de *bookbuilding*, o Conselho de Administração da Emissora ratificará a taxa de juros aplicável as Debêntures definida no procedimento de *bookbuilding*.

4.2.1.2. Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período em questão, exclusive (o "Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo a última data de pagamento de remuneração a Data de Vencimento (as "Datas de Pagamento da Remuneração").

4.2.1.3. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.2.1.4. **Fórmula de Cálculo da Remuneração.** O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário, no início do primeiro Período de Capitalização, ou o Valor Nominal Unitário não amortizado no caso dos demais Períodos de Capitalização da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

Onde:

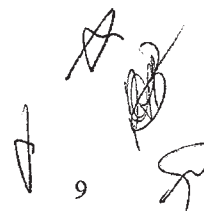
Fator DI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + TDI_k]$$

Onde:

nDI = número total de Taxas DI, sendo "nDI" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:



$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

dk = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI, sendo " dk " um número inteiro (a taxa DI é válida por um dia útil);

Fator Spread= corresponde ao spread de juros fixos, calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]$$

Onde:

spread = taxa final do *bookbuilding*, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;

N = número de dias representativo do spread, sendo calculado baseado em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis;

n = o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo " n " um número inteiro;

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Observações:

- O fator resultante da expressão $[1 + TDI_k]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.
- Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + TDI_k]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais com arredondamento.

4.2.1.5. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do *spread*, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.1.6. **Ausência de Divulgação.** Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação (o "Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado (a "Taxa Substitutiva"). A Assembléia de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniária previstas na Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

4.2.1.7. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembléia de Debenturistas, a referida Assembléia de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

4.2.1.8. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 10.2.2 a seguir), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos da Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou

- (b) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida na Cláusula 4.4 a seguir, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada uma Taxa Substitutiva definida pelos Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação e apresentada à Emissora na referida Assembléia de Debenturistas, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa de Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.3. Amortização

As Debêntures serão amortizadas anualmente em 04 (quatro) parcelas iguais e consecutivas a partir do 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive) a contar da Data de Emissão, iniciando-se em 1º de junho 2010 (cada uma, uma “Data de Amortização”).

4.4. Periodicidade de Pagamento da Remuneração

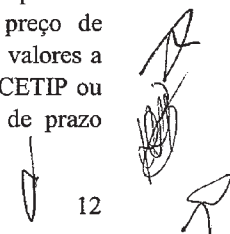
Os valores relativos à Remuneração deverão ser pagos semestralmente, sempre no dia 1º dos meses de junho e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 1º (primeiro) de novembro de 2008 (cada uma, uma “Data de Vencimento de Remuneração”).

4.5. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; (ii) os procedimentos adotados pela CBLIC, para as Debêntures registradas no Bovespafix; ou (iii) por meio do Banco Mandatário para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a nenhum dos dois sistemas acima mencionados.

4.6. Prorrogação dos Prazos

Caso um determinado vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela Bovespafix, conforme o caso, hipótese em que a referida prorrogação de prazo



somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

Sem prejuízo do disposto na Cláusula VII a seguir, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos da Remuneração aplicável e, além disso, ficará sujeito a multa moratória convencional de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, e a juros de mora à taxa de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Preço de Subscrição

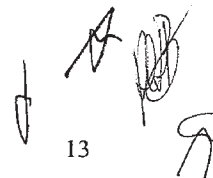
As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura.

4.10. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

As Debêntures desta Emissão poderão, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, que será de até 6 (seis) meses a contar da data da publicação do anúncio de início de distribuição, com integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis ao SDT.

4.11. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.



13

4.12. Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na edição nacional do jornal Valor Econômico, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (www.novamerica.com.br), exceção feita ao Aviso ao Mercado, Anúncio de Início de Distribuição e Anúncio de Encerramento de Distribuição que serão publicados apenas na edição nacional do jornal Valor Econômico.

4.13. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, para fins de comprovação da titularidade das Debêntures, será expedido pelo SND o “Relatório de Posição de Ativos”, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista, que, igualmente, servirá como comprovante de titularidade das Debêntures.

4.14. Liquidez e Estabilização

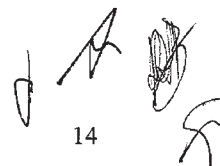
Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.15. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

4.16. Fundo de Amortização

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.


14

CLÁUSULA V
ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na JUCESP.

CLÁUSULA VI
OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Oferta de Resgate Antecipado

6.1.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de Conselho de Administração, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas (a “Oferta de Resgate Antecipado”). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizado da seguinte forma:

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos da Cláusula 4.12 desta Escritura (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado”), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) se a aquisição será da totalidade das Debêntures ou se a mesma será parcial e, neste caso deverá estar descrito no aviso aos debenturistas a ser publicado divulgando a Oferta de Resgate Antecipado e seus termos, o procedimento para aquisição parcial (sorteio ou atendimento em ordem cronológica); (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (iv) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas;
- (ii) Após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder a liquidação da Oferta de Resgate Antecipado;
- (iii) a Emissora, poderá condicionar o Resgate Antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debenturistas, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado; e
- (iv) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, acrescido (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada nos termos da Cláusula 4.2 desta Escritura; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo.

6.1.2. As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

6.2. Aquisição Facultativa

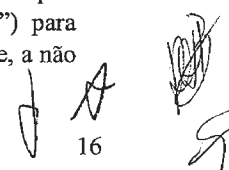
6.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n. 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nesta Cláusula VII, o Agente Fiduciário deverá independente de qualquer consulta aos Debenturistas, observados os prazos de cura a seguir estabelecidos, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação, do Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, acrescido da Remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos devidos nos termos desta Escritura, mediante entrega à Emissora de simples comunicação por escrito, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanado em 01 (um) dia útil, contado a partir da data de vencimento das Debêntures;
- (b) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora e/ou pela Garantidora, ou por suas controladas, diretas ou indiretas; e
- (c) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora e/ou da Garantidora, ou de suas controladas, diretas ou indiretas.

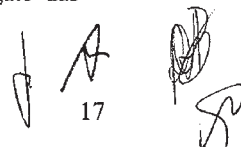
7.2. O Agente Fiduciário deverá convocar, observados os prazos de cura de cada hipótese, dentro de 5 (cinco) dias úteis da data em que tomar conhecimento de qualquer dos eventos listados abaixo, a Assembleia Geral de Debenturistas (a "AGD") para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, sendo que, a não



declaração dependerá de deliberação dos titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;



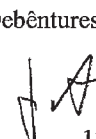
- (a) descumprimento, pela Emissora ou pela Garantidora, conforme o caso, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias do referido descumprimento, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (b) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se, (i) em se tratando de pedido de renovação não deferido até o vencimento da licença ou autorização em questão, a Emissora apresente ao Agente Fiduciário, em até 05 (cinco) dias antes do vencimento da referida licença ou autorização, documentos comprobatórios de que tomou todas as providências estabelecidas na legislação em vigor para solicitar a renovação da referida licença ou autorização; e (ii) em se tratando de não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações ou licenças, a Emissora apresente ao Agente Fiduciário, em até 01 (um) dia útil antes do decurso do prazo legalmente estabelecido para a paralisação das atividades de qualquer das unidades produtivas da Emissora, provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (c) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou pela Garantidora nas Debêntures e/ou no âmbito da Emissão;
- (d) transformação do tipo societário da Emissora;
- (e) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data estipulada para pagamento;
- (f) realização de redução de capital social da Emissora ou da Garantidora com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, após a data de registro da Emissão junto à CVM, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas;
- (g) realizar fusão, cisão ou incorporação (i) que não tenha sido previamente aprovada por Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, ou (ii) que não tenha sido assegurado o resgate das

17



Debêntures para Debenturistas dissidentes, nos termos do § 1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;

- (h) vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras a que esteja sujeita a Emissora ou a Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (i) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou contra a Garantidora em valor individual ou agregado superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora ou pela Garantidora que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto for cancelado, ou ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo;
- (j) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pela Garantidora, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (k) ocorrência de qualquer alteração na composição do capital social da Emissora e/ou da Garantidora, ou qualquer venda, cessão ou outra transferência, direta ou indireta, de ações do capital social da Emissora em qualquer operação isolada ou qualquer série de operações que resultem na alteração do controle acionário da Emissora e/ou da Garantidora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas, considerando-se como “controle acionário” o significado estabelecido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades Por Ações;
- (l) realização pela Emissora, durante o período em que estiver inadimplente com qualquer das obrigações estabelecidas na presente Escritura das seguintes distribuições quando acima do mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social ou na legislação em vigor: (i) distribuição de dividendos (ii) pagamento de juros sobre o capital próprio ou (iii) quaisquer outros pagamentos a seus acionistas; e
- (m) não atendimento, por um período de doze meses, de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem verificados trimestralmente, sempre quando da divulgação das informações trimestrais regularmente apresentadas pela Emissora: (os “Índices Financeiros”).
 - (a) Dívida Líquida / EBITDA (i) menor ou igual a 3,0 no período compreendido entre a Data de Emissão e a data-base do balanço fiscal de abril de 2010; e (ii) menor ou igual a 2,5 no período compreendido entre a data-base do balanço fiscal de abril de 2010 e a data da efetiva liquidação das Debêntures;


18

- (b) EBITDA / Despesas Financeiras maior ou igual a 1,75; e
- (c) Dívida Total/Patrimônio Líquido igual ou inferior a menor ou igual a 2.

Para os efeitos do disposto na Cláusula 7.1. (n) acima, aplicar-se-ão as seguintes definições:

“Dívida Total” significa a somatória dos empréstimos, financiamentos, debêntures, títulos descontados, encargos financeiros, diferencial a pagar por operações com derivativos, cessão de direitos creditórios não performados, assim entendidos direitos creditórios que tenham por origem operações de compra e venda para entrega futura, e/ou futura prestação de serviço pela Emissora, avais e todas garantias prestadas a terceiros da Emissora e suas controladas consolidadas.

“Dívida Líquida” significa a Dívida Total menos o saldo em caixa, saldo de aplicações financeiras e o diferencial a receber por operações com derivativos, da Emissora e suas controladas consolidadas.

“EBITDA” significa em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações, (ii) das despesas de depreciação e amortização ocorridas no período, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras e (iv) do resultado não operacional. As Despesas Financeiras são, em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório dos pagamentos de juros e despesas financeiras incorridas sobre o endividamento financeiro, não devendo ser consideradas para esse fim as despesas de variação cambial (diferença de moedas).

“Despesas Financeiras” significa o somatório do valor de juros provisionados, deságio na cessão de direitos creditórios, custos de estruturação de securitizações de recebíveis, variações monetárias e cambiais passivas em relação aos 12 meses anteriores à data de apuração do índice, relativos à Dívida Total, incluindo os pagamentos feitos à título de arrendamento mercantil ou leasing e juros capitalizados à dívida excluindo-se as receitas financeiras e variações monetárias e cambiais ativas, em relação ao período de doze meses imediatamente anterior à data-base das demonstrações financeiras de referência.

- 7.2.1. Observados os itens 10.1.2 e 10.1.3, bem como os itens 10.2.1. e 10.2.2 desta Escritura, não sendo aprovada a não declaração de vencimento antecipado por, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação, conforme disposto na cláusula 7.2 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo devedor do Valor Unitário das Debêntures não amortizado,

acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e dos demais encargos devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

7.3. As Debêntures resgatadas em decorrência das hipóteses de Vencimento Antecipado serão canceladas.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

8.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, (ii) relatório demonstrando a apuração dos índices financeiros previstos na alínea "m" do item 7.2 acima, explicitando as rubricas necessárias à sua aprovação; e (iii) declaração do Diretor de Relações com Investidores de que não ocorreram nenhuma das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula VII desta Escritura;
- (b) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo trimestre, com revisão limitada nos termos das normas da CVM relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como relatório demonstrando a apuração dos índices financeiros previstos na alínea "m" do item 7.2 acima, explicitando as rubricas necessárias à sua aprovação;
- (c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993 (conforme alterada), no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o envio à CVM, nos prazos ali previstos;
- (d) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembléias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas em até 05 (cinco) dias após as respectivas publicações;

- (e) em até 10 (dez) dias contados de recebimento de solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- (f) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa a um Evento de Inadimplemento ou a esta Escritura, imediatamente após o seu recebimento; e
- (g) informações sobre o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura, sem prejuízo do disposto na Cláusula 8.1.10 abaixo.

8.1.2. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais.

8.1.3. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenha acesso mediante solicitação por escrito com até 5 (cinco) dias úteis de antecedência (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela Assembléia Geral de Debenturistas.

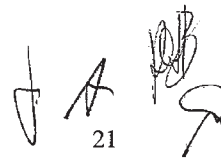
8.1.4. Convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça.

8.1.5. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas.

8.1.6. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

8.1.7. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das Instruções CVM aplicáveis, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado.

8.1.8. Estruturar e manter em funcionamento atendimento de forma eficiente, aos Debenturistas.



21

8.1.9. Não alterar seu ramo de negócio conforme previsto em seu Estatuto Social, não realizar operações fora de seu objeto social e não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura;

8.1.10. Notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) cujos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures, incluindo, mas não se limitando, a informar sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a ocorrência do evento.

8.1.11. Obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na presente Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;

8.1.12. Tomar todas as medidas necessárias para: (i) preservar todos os seus direitos, títulos de propriedade, e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios e os negócios de suas subsidiárias dentro do respectivo objeto social; (ii) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, todas as suas obrigações trabalhistas, comerciais e outras; e (iv) estender as medidas dispostas nos itens (i) e (ii) para as sociedades sob seu controle;

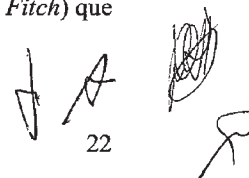
8.1.13. Aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.5 acima;

8.1.14. Cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

8.1.15. Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;

8.1.16. Manter os bens necessários para condução de suas atividades principais e atividades das sociedades sob o seu controle adequadamente segurados por seguradoras de primeira linha, conforme práticas correntes em seu setor de atuação;

8.1.17. Contratar e manter contratado, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, (i) agência de *rating* de renome internacional (*Moody's*, *S&P* ou *Fitch*) que



22

divulguem relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures, (ii) ~~banco~~ mandatário e escriturador e (iii) agente fiduciário;

8.1.18. Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, ~~inclusive, honorários advocatícios~~ e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura; e

8.1.19. Manter os Índices Financeiros estabelecidos na alínea “m” da Cláusula 7.2. desta Escritura.

8.1.19.1. Na hipótese de não atendimento de qualquer dos Índices Financeiros em um determinado trimestre, a Emissora pagará aos Debenturistas um prêmio de 0,035% (trinta e cinco milésimos por cento) do saldo não amortizado das Debêntures verificado na data de recebimento de notificação do Agente Fiduciário acerca do referido não atendimento, para cada trimestre em que se verifique o não atendimento dos Índices Financeiros (o “Prêmio”). O Prêmio deverá ser pago no 5º (quinto) dia útil, contado do recebimento, pela Companhia, de notificação acerca do referido não cumprimento enviada pelo Agente Fiduciário, sendo devida em relação a cada trimestre até a próxima verificação trimestral na qual se verifique o reenquadramento da Emissora nos Índices Financeiros.

8.1.19.2. Em caso de não atendimento de qualquer dos Índices Financeiros por um período de doze meses consecutivos, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 7.2 acima.

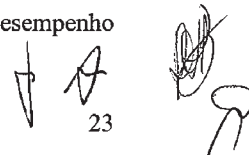
CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e valores Mobiliários S.A., acima qualificado, o qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

9.2. Remuneração do Agente Fiduciário

Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho



23

dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) Parcelas trimestrais de R\$3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da presente Escritura e as demais no mesmo dia dos trimestres subsequentes;
- (b) Em caso de inadimplemento financeiro pela Companhia Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais atividades, pagas 5 (cinco) dias após a comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, para assessoria aos debenturistas em processo de renegociação das condições das debêntures requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou Debenturistas e Assembléias Gerais de Debenturistas; e (ii) implementação das conseqüentes decisões tomadas pelos debenturistas.
- (c) O Agente Fiduciário deverá, com exceção ao primeiro pagamento, enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- (d) As remunerações previstas nas alíneas "a" e "b" acima serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (e) As parcelas referentes às alíneas "a" e "b" acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir de 01 de junho de 2007;
- (f) A remuneração não inclui as despesas razoáveis com publicações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora;
- (g) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% ao mês e juros de

24



mora de 1% ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;

- (h) As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: Impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS (Imposto Sobre Serviços) ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, exceto o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e
- (i) A remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de Debenturistas ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.

9.3. Substituição

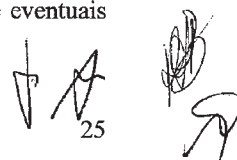
9.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura.

9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o disposto na Cláusula 9.3.2 acima.

9.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.



25

9.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deve ser arquivada na JUCESP.

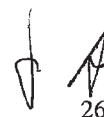
9.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a Data de Vencimento das Debêntures.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:


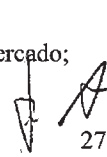
- (a) Proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) Renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) Promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;


26

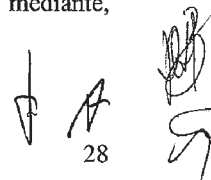


- (h) Solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores civis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) Solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) Convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na edição nacional do jornal Valor Econômico e do Diário Oficial do Estado de São Paulo, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) Enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembléia Geral de Debenturistas;
- (l) Comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da Assembléia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias corridos, cópia da ata da referida Assembléia;
- (m) Elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea “b” do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (m.1) Eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (m.2) Alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (m.3) Comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (m.4) Posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

27



- (m.5) Amortização, aquisição facultativa e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (m.6) Acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (m.7) Cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (m.8) Declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; relação dos bens e valores entregues à sua administração; e
 - (m.9) Declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia das Debêntures.
- (n) Colocar à disposição o relatório de que trata a alínea “m” acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (n.1) Sede da Emissora;
 - (n.2) Seus escritórios;
 - (n.3) CVM;
 - (n.4) SND; e
 - (n.5) Sede da instituição financeira que liderou a colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures.
- (o) Publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “n” acima;
- (p) Manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, a Instituição Depositária, a CETIP;



28

- (q) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (r) Sem prejuízo do disposto na Cláusula V acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local, em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM;
- (s) Enviar à ANBID os relatórios de classificação de risco das Debêntures elaborados pela agência de *rating* contratada pela Emissora, em até 05 (cinco) dias úteis contados da veiculação dos referidos relatórios;
- (t) Examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe ou convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, nos termos do § 2º, artigo 57, da Lei das Sociedades por Ações, a alteração proposta;
- (u) Convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas; e
- (v) Notificar a Emissora, do descumprimento dos Índices Financeiros, em até 02 (dois) dias úteis contados do recebimento de documentos, por meio dos quais tome ciência do referido descumprimento.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) Declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) Requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (c) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) Representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da

Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" acima se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembléia quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "e" acima.

9.6. Despesas

9.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.6.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.6 será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

9.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

9.6.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) Publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) Extração de certidões;
- (c) Locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando

30



necessárias ao desempenho das funções; e

- (d) Eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.7. Declaração

9.7.1 O Agente Fiduciário declara:

- (j) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução nº 28, de 23 de novembro de 1983, da CVM, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, e alterações posteriores; e
- (v) ter verificado a regularidade da constituição da garantia fidejussória prestada aos debenturistas pela Garantidora, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade, nos termos do artigo 12, IX da Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 2003, com base na situação patrimonial na data base de 30 de abril de 2006, dentre os quais se destacam os seguintes indicadores:

	Patrimônio Líquido	Exigível Total	Ativo Permanente	Ativo Realizável
(valores em R\$ mil)				
Garantidora	483.326	76.309	478.734	80.861
Consolidado	483.326	966.277	579.714	939.672

31

CLÁUSULA X
ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Convocação

10.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembléia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 08 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia em primeira convocação.

10.1.4. Será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independente de publicações e/ou avisos.

10.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. A Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; as de titularidade de (i) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (ii) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (iii)

32



administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto nesta cláusula, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado que alterações (i) na Remuneração e/ou nos itens que dispõem sobre hipóteses de vencimento antecipado, resgate antecipado, repactuação e/ou prazo das Debêntures e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta escritura deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; e (ii) na Garantia Fidejussória prestada às Debêntures, conforme definido na Cláusula 4.1.5, deverão contar com aprovação de Debenturistas, representando 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

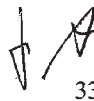
10.4.2. Ressalvados os casos aqui previstos, as matérias sujeitas à Assembleia de Debenturistas serão aprovadas pelos titulares da maioria das Debêntures em Circulação que estiverem presentes na Assembleia.

CLÁUSULA XI

DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

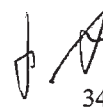
- (a) É uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;
- (b) Está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas neste Contrato e nas Debêntures, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



33



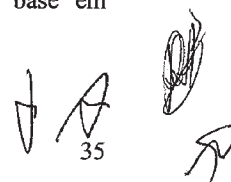
- (c) Esta Escritura constitui, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tal obrigação não esteja subordinada a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (d) A celebração da presente Escritura e a emissão das Debêntures foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (i) seu Estatuto Social; ou (ii) qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;
- (e) Nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto pelo registro da Escritura na JUCESP, da Emissão na CVM e o registro das Debêntures junto ao SDT, ao SND e ao Bovespafix, as quais estarão em pleno vigor e efeito em na data de liquidação;
- (f) A celebração da presente Escritura e a emissão das Debêntures, não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data, (iii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (g) Os balanços patrimoniais da Emissora datados de 30 de abril de 2004, 30 de abril de 2005, 30 de abril de 2006, auditados e revisados; 31 de janeiro de 2006 e 31 de janeiro de 2007 e as correspondentes demonstrações de resultado da Emissora referentes aos exercícios e trimestres à época encerrados, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;



34



- (h) Exceto pelas contingências informadas no Prospecto Preliminar e/ou no Prospecto Definitivo, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Emissora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um Impacto Adverso Relevante na sua situação financeira ou nas suas operações;
- (i) A Emissora está em cumprimento das leis e regulamentos ambientais a ela aplicáveis, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora para as quais a Emissora possui provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;
- (j) A Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a data da presente declaração a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (k) A Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora para as quais a Emissora possui provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância.
- (l) Os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (m) O Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua disponibilização, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, sendo que as informações, fatos e declarações contidas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e completas;
- (n) As opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;

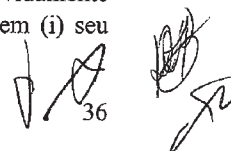


35

- (o) Não omitiram, ou omitirão, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (p) Não há fatos relativos à Emissora ou relativos às Debêntures não divulgados no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, cuja omissão, no contexto desta Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto Preliminar e/ou do Prospecto Definitivo, seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (q) Não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (r) Não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (s) Tomará todas as medidas necessárias para: (i) preservar todos os seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais) e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios e os negócios de suas subsidiárias dentro do respectivo objeto social; (ii) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas subsidiárias; (iii) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, todas as suas obrigações fiscais, trabalhistas, comerciais e outras; e (iv) estender as medidas dispostas nos itens (i) a (iii) para as sociedades sob seu controle; e
- (t) Manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.

11.2. A Garantidora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:



- (a) É uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;
- (b) Esta Escritura constitui, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Garantidora, exeqüível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (c) A celebração da presente Escritura e a outorga da Fiança foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (i) seu



36

Estatuto Social; ou (ii) qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;

- (d) Nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Garantidora de suas obrigações nos termos da presente Escritura e da Fiança, ou para a realização da Emissão exceto pelo registro da Escritura na JUCESP, da Emissão na CVM e o registro das Debêntures junto ao SDT, ao SND e ao Bovespafix, as quais estarão em pleno vigor e efeito em na data de liquidação;
- (e) A celebração da presente Escritura e a outorga da Fiança, não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais a Garantidora seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem da Garantidora, exceto por aqueles já existentes na presente data, (iii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (f) Os balanços patrimoniais da Garantidora datados de 30 de abril de 2004, 30 de abril de 2005, 30 de abril de 2006, auditados; 31 de janeiro de 2006 e 31 de janeiro de 2007 e as correspondentes demonstrações de resultado da Garantidora referentes aos exercícios à época encerrados, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Garantidora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Garantidora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Garantidora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Garantidora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Garantidora.
- (g) Não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo Garantidora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da Fiança;
- (h) Os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;



37

- (i) Não omitiram, ou omitirão, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Garantidora em prejuízo dos Debenturistas;
- (j) Não há fatos relativos à Garantidora ou relativos às Debêntures não divulgados no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, cuja omissão, no contexto desta Emissão, faça com que alguma declaração relevante da Garantidora no Prospecto Preliminar e/ou no Prospecto Definitivo, seja enganosa, incorreta ou inverídica; e
- (k) Não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à outorga da Fiança.
- (l) Fornecerá ao Agente Fiduciário dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhada de parecer dos auditores independentes, para fins de acompanhamento de garantia fidejussória.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

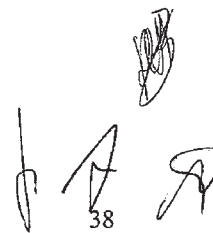
12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

NOVA AMÉRICA S.A. AGROENERGIA
Fazenda Nova América s/nº., Bairro Água da Aldeia
At.: Sr. Alberto Asato
CEP.: 19820-000 - Tarumã - SP
Tel.: (018) 3373-4008
Fax.: (018) 3373-4100
Correio Eletrônico: ri@novamerica.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust DTVM S.A.
At.: Sr. José Alexandre Freitas
Av. das Américas, nº 500, Bl. 13, Grupo 205 –



38



Condomínio Downtown – Barra da Tijuca

CEP: 22.640-100 - Rio de Janeiro - RJ

Telefone: (21) 2493-7003

Fac-símile: (21) 2493-4746/4901

E-mail: agente@oliveiratrust.com.br; freitas@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

At.: Sr. Cassiano Ricardo Scarpelli

CEP.: 06029-900- São Paulo - SP

Telefone: 3684-4522

Fac-símile: 3684-5645

Correio Eletrônico: bradescocustodia@bradesco.com.br

Para a CETIP:

Rua Líbero Badaró, 425/24º andar

Tel.: (11) 3111-1596 / 3365-4925

Fax: (11) 3111-1564

CEP 01009-000 - São Paulo, SP

Correio eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

Para a CBLC:

Rua XV de Novembro, 275

São Paulo - SP

CEP 01013-001

Tel.: (11) 3233-2178 / 2261

Correio Eletrônico: cbhc@cbhc.com.br

12.1.2. As comunicações referentes a este Contrato serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será

39

interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.5. Irrevogabilidade; Sucessores

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

12.6. Independência das Disposições da Escritura

Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.7. Correção de Valores

Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores de referência nela constantes deverão ser corrigidos pelo IGPM, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura.


40

12.8. Despesas

A Emissora arcará com todos os custos (i) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, no SND e no BovespaFix; (ii) das taxas de registro; (iii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, o Contrato de Penhor e os atos societários da Emissora; e (iv) pelas despesas com a contratação do Agente Fiduciário e Banco Mandatário.

12.9. Foro

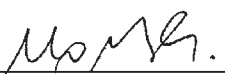
Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 12 de junho de 2007

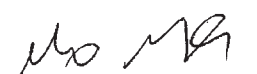
Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da Nova América S.A. Agroenergia, datado de 15 de junho de 2007.


NOVA AMÉRICA S.A. AGROENERGIA


Nome: Roberto de Rezende Barbosa
Cargo: Diretor Presidente


Nome: Alberto Asato
Cargo: Diretor Superintendente

REZENDE BARBOSA S.A. ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES,


Nome: Roberto de Rezende Barbosa
Cargo: Diretor Presidente


Nome: Renato Eugênio de Rezende Barbosa
Cargo: Diretor Vice-Presidente

